



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, passou-se às comunicações da Presidência. Relatou que, na sexta-feira, houve a assinatura do termo de cooperação. Na segunda, esteve com o Governador e entregou a lista com os nomes que vão compor o quadro de apoio, a qual já está com a Ivani, na unidade de apoio de recursos humanos. Como o Renato já entrou em contato com ela, o andamento foi rápido. Quanto ao nosso anteprojeto de remuneração está na Secretaria da Fazenda para cálculo de impacto. A Chefe de Gabinete Mônica já entrou em contato com a secretária da pessoa encarregada. Ontem, compareceu à posse dos juízes pela manhã e esteve no FAJ à tarde. Todos os funcionários trabalham com dois estagiários da Fundap. Há necessidade de uns 30 funcionários quando estes forem substituídos. A idéia é ficarmos mais próximos do FAJ, acompanhando mais de perto o trabalho da Lisa. O prédio da Boa Vista precisa ser desocupado para reforma, assim como o da Tabatinguera; encontramos um prédio para locação na rua da Abolição com três andares amplos; caso seja alugado, o RH e todo o FAJ irá para esse prédio e há possibilidade de realizar a reunião do FAJ no prédio na Boa Vista, que está sendo adquirido, mas a compra é de seis prédios e o trâmite é mais complicado do que o que foi dito pela Procuradora Geral do Estado. Foi marcada uma reunião com o Mendes Júnior para tratar de assuntos relacionados à transição, uma das preocupações refere-se a como e a quando se dará a saída dos procuradores. É preciso pensar na questão de Brasília, das diárias, da Resolução n. 32, que deve ser tratada com o Mendes. Recebeu ofício em relação ao Timor Leste, e questionou se será necessário enviar alguém para lá, o que ela entende que não. Por não haver comunicações da Secretaria, passou-se às manifestações dos conselheiros. O Conselheiro Wagner disse que o Adenor gostaria de saber sobre o depósito de honorários. A Presidência esclareceu que tudo que esteja depositado antes de 09 de janeiro é da PGE. Os Conselheiros Carlos e Franciane não se manifestaram. A Conselheira Daniela disse que todos os do grupo de segunda instância se dispuseram a ir para Brasília. Todos se manifestaram por permanecer lá uma semana, mas já estará garantido que não haverá esse hiato. Nós faríamos isso até dezembro quando, se o Adenor conseguir transferir sua faculdade para UNB, se transferirá definitivamente para lá no próximo ano. Em relação ao projeto TJ, que ficará um pouco prejudicado, há pessoas que se dispuseram a integrar o rodízio. O Conselheiro Roque não se manifestou. O Conselheiro Pedro disse que a reunião foi muito boa, pessoas se conheceram e puderam discutir várias questões na reunião em Mogi. É necessário fazer uma análise da triagem, pois cada regional vive uma situação diferente da outra e é preciso definir a composição de cada uma. Disse que está ansioso para ouvir o discurso do nosso primeiro colocado no concurso e que não espera ser um discurso como foi do primeiro colocado do concurso de juiz. Em seu entendimento, a PGE



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

é nossa prestadora de serviços e temos que dizer como eles devem agir. O Conselheiro Vitore relatou sua visita ao IBCCrim discutindo uma proposta que foi formalizada ao CNMP, que é um órgão administrativo, na qual se atribuem plenos poderes para o MP. O assunto está pendente no STF, e os Ministros que se manifestaram foram contrários à investigação. São medidas de cunho estritamente legal e que seriam reguladas por resolução. Aplica, no que couber, os direitos fundamentais. Estavam presentes o Mauricio Zanoide, as Defensorias do Rio e de SP, o Mariz, o Sérgio Rosenthal, a Dora do IDD. Quanto aos honorários, o assunto tem que ser discutido com a PGE e podemos até aceitar uma proposta de que aquilo que for depositado por Defensor é da DP e o que for por Procurador é da PGE. O Conselheiro Noadir relatou importante vitória de Mogi e enalteceu a iniciativa da reunião dos coordenadores. Quanto à nomeação de um colega para Brasília, à sala no Tribunal de Justiça e à mudança no centro, disse que essas questões estão relacionadas a nossa postura, a como queremos ser vistos. Nós não podemos deixar de lado a questão de Brasília e tomar uma medida emergencial. A Conselheira Daniela esclareceu que não é um remendo, mas uma medida emergencial, para o próximo ano. Devemos sair de dentro do Fórum, pois a reunião do Conselho deve ser no nosso espaço. Esse primeiro colocado é a cara dos nossos estudantes, a exceção são as pessoas centradas, são com essas pessoas que teremos que lidar. O Conselheiro Willian agradeceu o espaço na reunião com os coordenadores, aberto pelo Pedro Giberti. Informou que é importante a Ouvidoria participar, pois todos têm idéia do que é a Ouvidoria e de sua importância como espaço de participação popular no controle da coisa pública. Informou ainda que esteve em reunião com o grupo de trabalho para fechar algumas questões da Ouvidoria, independente da existência do Conselho Consultivo, e passar a fazer um trabalho mais organizado e metodológico. O objetivo desse grupo de trabalho não é inovar, mas estabelecer uma metodologia de trabalho, que corrija erros estratégicos. Nas próximas semanas, será feita uma avaliação periódica dos serviços de atendimento, para criar um canal de comunicação e avançar em metas e em planos. O Conselheiro Carlos Weis relatou que a reunião com os coordenadores foi boa e foi apresentada qual será linha da Corregedoria. O próximo passo é a Corregedoria se mudar para a Liberdade e o Defensor Geraldo voltar para cá. Sobre o planejamento estratégico, está decidindo se fará um regimento interno. A respeito dos relatórios, deverá fixar prazo de 30 dias para entrega dos atrasados. Ele não gosta de relatório, mas a nossa lei prevê relatório em três locais diferentes. No momento em que se vai incrementar, é preciso ter lisura para a instituição, não uma cobrança. Sobre as revisões criminais, na PGE era feito um *dead line*, semestral, que acha adequado, um pouco complicado nesse momento. Não foi sexta-feira na São Francisco, pois esteve na USF e o tema da palestra de encerramento foi a Defensoria Pública. A apresentação foi ótima, os estudantes e professores acompanharam com atenção as novidades da instituição. A repercussão do impacto do programa de DH foi boa e acha que isso foi muito bom. Informou que terça-feira vai a Brasília para a reunião do CNPCP, conversou sobre a possibilidade de realizar a reunião. A Presidente manifestou sua satisfação em saber que já há uma solução emergencial para Brasília; embora o rodízio não seja o ideal, é a solução



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

cabível no momento. O Conselheiro Pedro comentou que, se queremos criar um vínculo, talvez o rodízio não seja a solução. Para Carlos Weis, se conseguirmos alguém é melhor, mas se não houver essa possibilidade, o rodízio é melhor que nada. A Presidente declarou que, se não conseguirmos ninguém, a PGE não se preocupará. Segundo o Conselheiro Vitore, só há 5 anos passamos a ter alguém. Foi o trabalho da Patrícia que deu esse salto de qualidade. Acha estratégico que os integrantes do núcleo façam um “estágio” em Brasília. Após a entrada dos novos defensores, poderá ser feita uma remoção. Para a Conselheira Daniela, primeiro temos que pensar se os colegas do núcleo poderiam ir. A experiência dos colegas será importante e depois pensaríamos em fazer um regimento interno. O Conselheiro Carlos sugeriu que depois os núcleos sejam transformados em locais de trabalho permanente. Para a presidente, essa experiência é importante. O posicionamento do Conselheiro Roque é de que essa é a solução mais interessante. O Conselheiro Pedro sabia a grandeza da atribuição, sugeriu que fossem reabertas as inscrições para o núcleo. A respeito do Timor Leste, decidiu-se, por maioria, responder o ofício dizendo que agora não será possível enviar um representante para lá, mas poderemos indicar alguém após a entrada dos novos defensores. Em relação à mudança das reuniões para a rua Boa Vista, decidiram ficar aqui até a mudança definitiva para a Abolição. Sem mais manifestações, passou-se à ordem do dia, em cuja pauta de discussão constava o Processo CSDP 12/2006, de interesse do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que trata do Regimento Interno da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado e que tem por relator o Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro, cuja discussão e votação foi prorrogada, por decisão unânime, para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 18 de agosto de 2006.